

DESPACHO
O, SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, tendo em vista pedidos de reconsideração apresentado por ADRIANO FELIX PEREIRA, MASP: 1.384.374-3 e RAFAEL DOS SANTOS SILVA - MaSP 1.440.017-0 em relação ao Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela portaria NUCAD/Cset-SEJUSP/PAD Nº 125/2024, com decisão publicada no Diário Oficial datado de 11 de setembro de 2025, resolve negar-lhe provimento mantendo a decisão anteriormente proferida, fundamentado no Parecer nº 1000/CGE/CSET SEJUSP/NUCAD PROC./2025. Nos termos do art. 272, § 2º do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação nas pessoas dos recorrentes acima qualificado e dos advogados Renata Alessandra de Abreu e Silva OAB/MG 108.285 e Gabriel Valadares Silva Lima Costa OAB/MG 168.407. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para interposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 09 de dezembro de 2025.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO
O, SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, tendo em vista pedidos de reconsideração apresentado por DAVID PIFANO PIRES - MaSP 1.101.358-8 em relação ao Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela portaria NUCAD/Cset-SEJUSP/PAD Nº 264/2023, com decisão publicada no Diário Oficial datado de 16 de outubro de 2025, resolve negar-lhe provimento mantendo a decisão anteriormente proferida, fundamentado no Parecer nº 1044/CGE/CSET SEJUSP/NUCAD PROC./2025. Nos termos do art. 272, § 2º do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação nas pessoas dos recorrentes acima qualificado e do advogado Arthur Navarro OAB/MG 209.379. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para interposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 09 de dezembro de 2025.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO
O, SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, tendo em vista pedidos de reconsideração apresentado por DEIVID CRIST RODRIGUES SILVA - MaSP 1.124.628-7 em relação ao Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela portaria NUCAD/Cset-SEJUSP/PAD Nº 384/2023, com decisão publicada no Diário Oficial datado de 01 de outubro de 2025, resolve negar-lhe provimento mantendo a decisão anteriormente proferida, fundamentado no Parecer nº 993/CGE/CSET SEJUSP/NUCAD PROC./2025. Nos termos do art. 272, § 2º do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação nas pessoas dos recorrentes acima qualificado e advogado Adilson Mendes Costa Junior OAB/MG 125.751. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para interposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 09 de dezembro de 2025.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO
O, SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, tendo em vista pedidos de reconsideração apresentado por WEMERSON GOMES DA SILVA - MaSP 1.375.769-5 em relação ao Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela portaria NUCAD/Cset-SEJUSP/PAD Nº 260/2023, com decisão publicada no Diário Oficial datado de 01 de novembro de 2025, resolve negar-lhe provimento mantendo a decisão anteriormente proferida, fundamentado no Parecer nº 1024/CGE/CSET SEJUSP/NUCAD PROC./2025. Nos termos do art. 272, § 2º do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação nas pessoas dos recorrentes acima qualificado e advogado Leonardo de Almeida Melo OAB/MG 107.317. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para interposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 09 de dezembro de 2025.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO
O, SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, tendo em vista pedidos de reconsideração apresentado por FERNANDO JOSÉ FERREIRA - MASP 1.435.433-6, em relação ao Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela portaria NUCAD/Cset-SEJUSP/PAD Nº 237/2025, com decisão publicada no Diário Oficial datado de 15 de outubro de 2025, resolve negar-lhe provimento mantendo a decisão anteriormente proferida, fundamentado no Parecer nº 1078/CGE/CSET SEJUSP/NUCAD PROC./2025. Nos termos do art. 272, § 2º do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação nas pessoas dos recorrentes acima qualificado e advogado Anderson Neves Sfredd OAB/MG 195.433. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para interposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 09 de dezembro de 2025.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO
O, SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, tendo em vista pedidos de reconsideração apresentado por GABRIEL ANGELO DE SOUZA CABRAL - MaSP 1.450.093-85 em relação ao Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela portaria NUCAD/Cset-SEJUSP/PAD Nº 322/2023, com decisão publicada no Diário Oficial datado de 10 de outubro de 2025, resolve negar-lhe provimento mantendo a decisão anteriormente proferida, fundamentado no Parecer nº 1024/CGE/CSET SEJUSP/NUCAD PROC./2025. Nos termos do art. 272, § 2º do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação nas pessoas dos recorrentes acima qualificado e advogado Victor Bruno Alves de Jesus Ganem Rodrigues OAB/MG 157.255. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para interposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 09 de dezembro de 2025.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO
O, SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, tendo em vista pedidos de reconsideração apresentado por DIEGO GOMES DA CONCEICAO - MaSP 1.365.657-4, GLEICIANO ALVES LEITE - MaSP 1.390.143-4 e MARCO AURELIO NUNES - MaSP 1.273.937-1 em relação ao Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela portaria NUCAD/Cset-SEJUSP/PAD Nº 409/2023, com decisão publicada no Diário Oficial datado de 21 de outubro de 2025, resolve negar-lhe provimento mantendo a decisão anteriormente proferida, fundamentado no Parecer nº 1081/CGE/CSET SEJUSP/NUCAD PROC./2025. Nos termos do art. 272, § 2º do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação nas pessoas dos recorrentes acima qualificado e advogado Gabriel Valadares Silva Lima Costa OAB/MG 168.407. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para interposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 09 de dezembro de 2025.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO
O, SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, tendo em vista pedidos de reconsideração apresentado por BENEDITO PEREIRA - MaSP 1.173.579-2 em relação ao Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela portaria NUCAD/Cset-SEJUSP/PAD Nº 078/2021, com decisão publicada no Diário Oficial datado de 15 de outubro de 2025, resolve negar-lhe provimento mantendo a decisão anteriormente proferida, fundamentado no Parecer nº 1084/CGE/CSET SEJUSP/NUCAD PROC./2025. Nos termos do art. 272, § 2º do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação nas pessoas dos recorrentes acima qualificado e advogada Amanda Soares Gomes OAB/MG 148.901. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para interposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 09 de dezembro de 2025.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO
O, SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, tendo em vista pedidos de reconsideração apresentado por CARLOS HENRIQUE MARTINS - MaSP 1.221.051-4 em relação ao Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela portaria NUCAD/Cset-SEJUSP/PAD Nº 314/2025, com decisão publicada no Diário Oficial datado de 01 de novembro de 2025, resolve negar-lhe provimento mantendo a decisão anteriormente proferida, fundamentado no Parecer nº 1086/CGE/CSET SEJUSP/NUCAD PROC./2025. Nos termos do art. 272, § 2º do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação nas pessoas dos recorrentes acima qualificado e advogado Gabriel Valadares Silva Lima Costa OAB/MG 168.407. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para interposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 09 de dezembro de 2025.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO
O, SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, tendo em vista pedidos de reconsideração apresentado por ROMÁRIO GLAUCO BATISTA BORGES - MaSP 1.378.146-3 em relação ao Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela portaria NUCAD/Cset-SEJUSP/PAD Nº 528/2022, com decisão publicada no Diário Oficial datado de 02 de abril de 2025, resolve negar-lhe provimento mantendo a decisão anteriormente proferida, fundamentado no Parecer nº 1101/CGE/CSET SEJUSP/NUCAD PROC./2025. Nos termos do art. 272, § 2º do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação nas pessoas dos recorrentes acima qualificado e advogado Gabriel Cândido Rodrigues Soares OAB/MG 120.029. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para interposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 09 de dezembro de 2025.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO
O, SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, tendo em vista pedidos de reconsideração apresentado por DIOCLECIANO HENRIQUE GONÇALVES DO CARMO – MASP: 1.378.794-0 em relação ao Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela portaria NUCAD/Cset-SEJUSP/PAD Nº 141/2023, com decisão publicada no Diário Oficial datado de 06 de setembro de 2025, resolve negar-lhe provimento mantendo a decisão anteriormente proferida, fundamentado no Parecer nº 1103/CGE/CSET SEJUSP/NUCAD PROC./2025. Nos termos do art. 272, § 2º do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação nas pessoas dos recorrentes acima qualificado e advogado Gabriel Cândido Rodrigues Soares OAB/MG 120.029. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para interposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 05 de dezembro de 2025.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO
O, SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, tendo em vista pedidos de reconsideração apresentado por ROGERIO BARBOSA DA SILVA - MaSP 1.141.131-1 em relação ao Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela portaria NUCAD/Cset-SEJUSP/PAD Nº 358/2023, com decisão publicada no Diário Oficial datado de 04 de setembro de 2025, resolve negar-lhe provimento mantendo a decisão anteriormente proferida, fundamentado no Parecer nº 1100/CGE/CSET SEJUSP/NUCAD PROC./2025. Nos termos do art. 272, § 2º do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação nas pessoas dos recorrentes acima qualificado e advogado Fernando Lacerda Rocha OAB/MG 136.991. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para interposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 05 de dezembro de 2025.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO
O, SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, tendo em vista pedidos de reconsideração apresentado por GABRIEL RIBEIRO SILVA - MaSP 1.241.387-8 em relação ao Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela portaria NUCAD/Cset-SEJUSP/PAD Nº 272/2023, com decisão publicada no Diário Oficial datado de 09 de setembro de 2025, resolve negar-lhe provimento mantendo a decisão anteriormente proferida, fundamentado no Parecer nº 1102/CGE/CSET SEJUSP/NUCAD PROC./2025. Nos termos do art. 272, § 2º do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação nas pessoas dos recorrentes acima qualificado e advogada Grazielly Luiza de Oliveira Felipe OAB/MG 165.568. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para interposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 05 de dezembro de 2025.
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

EXTRATO DE PORTARIA/NUCAD/
CSET - SEJUSP/PAD Nº 825/2025
Processo Administrativo Disciplinar. Processados:P.H.A. - MaSP 1.XX3.X94-6,D.L.L. - MaSP 1.XX3.X35-9,L.L.P. - MaSP 1.XX3.X86-4, eW.C. - MaSP 1.XX6.X76-2,Agentes de Segurança Socioeducativo. Comissão Processante: Presidente:Ronaldô Figueiredo Lira; Membros:Anderson Daniel Pimenta e Ana Lúcia Pereira dos Santos.
Belo Horizonte, SEJUSP, 10 de dezembro de 2025
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

EXTRATO DE PORTARIA/NUCAD/
CSET - SEJUSP/PAD Nº 829/2025
Processo Administrativo Disciplinar. Processados:L.P.F.S. - MaSP 1.XX4.X21-7,W.G.N. - MaSP 1.XX6.X81-5,Policiais Penais. Comissão Processante: Presidente:Flávio Lúcio Santos; Membros:Roberta Cristina Alves e Marcelo Rabelo.
Belo Horizonte, SEJUSP, 10 de dezembro de 2025
Rogério Greco
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

10 2158459 - 1

RESOLUÇÃO SEJUSP Nº 1506, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2025.
Institui a padronização do armamento de porte leve a ser utilizado pela Polícia Penal do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições previstas no inciso III, § 1º, do art. 93 da Constituição do Estado de Minas Gerais e no art. 34 da Lei nº 24.313, de 28 de abril de 2023, tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e nos autos do Processo de Padronização de Armamento de Porte Leve da Polícia Penal de Minas Gerais (Processo SEI nº 1450.01.0150428/2025-81), CONSIDERANDO a necessidade de padronização dos equipamentos operacionais das forças de segurança pública, com foco em eficiência logística, segurança institucional e uniformização dos treinamentos; CONSIDERANDO o parecer técnico elaborado pela Superintendência de Segurança Prisional do Departamento Penitenciário de Minas Gerais (DEPEN/MG), que recomenda a padronização do armamento de porte leve aos modelos da fabricante Glock, calibre 9x19mm, especialmente os modelos G17, G19 e G26;

CONSIDERANDO, ainda, que o armamento GLOCK é adotado por centenas de policias no mundo, incluindo diversas policias militares brasileiras, a exemplo da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícias Civis e Militares dos Estados de São Paulo, Espírito Santo, Paraná, Mato Grosso, dentre outros, tendo sido exaustivamente testada e aprovada em rigorosas verificações ou em campo, demonstrando que atende à necessidade da Administração Pública na busca do interesse público;
CONSIDERANDO que, no âmbito das Forças Nacionais de Segurança, para a definição das características técnicas do armamento de porte da Polícia Federal foi estabelecido em 2006 um Grupo de Trabalho, constituído pela Portaria nº 440/2006-DG/DPF, de 10 de outubro de 2006, publicada no Boletim de Serviço nº 196, de 11 de outubro de 2006, com a incumbência de efetuar estudos visando à padronização de armamento a ser adotado na Polícia Federal, que, por meio da Portaria nº 458/2007-DG/PE, de 19/10/2007, publicada no BS nº 203, de 22 de outubro de 2007, bem como no DOU nº 208, de 29 de outubro de 2007, decidiu pela padronização dos armamentos de porte leve GLOCK (pistolas calibre 9 mm) modelos G17, G19 e G26, a serem adotadas no âmbito da Polícia Federal, com vistas a atender à necessidade de padronização atualmente em uso na instituição;
CONSIDERANDO que o grupo trouxe resultado dos estudos, laudos, perícias, pareceres técnicos, atestados e relatórios, substanciando no Processo nº 08200.027208/2007-14, recomendando a padronização do armamento leve de porte a ser utilizado no âmbito do Departamento de Polícia Federal, tendo sido citada a modernidade, poder de fogo, confiabilidade, rusticidade, durabilidade e fácil manutenção;

CONSIDERANDO que a Polícia Federal alterou a PORTARIA Nº 458/2007-DG/PE, DE 19 DE OUTUBRO DE 2007, por meio da PORTARIA DG/PE Nº 16.733, DE 19 DE OUTUBRO DE 2022, a qual manteve a padronização dos armamentos de porte leve GLOCK (pistolas calibre 9 mm), acrescentando mais dois modelos a serem adotados pelas Forças Nacionais, definindo os seguintes modelos atualmente vigentes: G17, G19, G26, G43X e G43;
CONSIDERANDO os estudos técnicos realizados pela Polícia Rodoviária Federal no bojo do Processo nº 08650.014484/2019-40, que subsidiou a edição da PORTARIA NORMATIVA PRF Nº 8, DE 23 DE OUTUBRO DE 2020, a qual padronizou como armamento leve de porte, no âmbito da Polícia Rodoviária Federal, o sistema de armas das pistolas calibre 9 x 19 mm, da fabricante Glock Ges.m.b.H;
CONSIDERANDO os estudos elaborados e aprovados pela Comissão Técnica de Modernização de Equipamentos de Segurança e Material Bélico, instituída pela Resolução SEJUSP nº 540, de 13 de julho de 2022, e alterações posteriores;

CONSIDERANDO os princípios da economicidade, eficiência, padronização e segurança institucional previstos nos arts. 40, inciso V, 43, § 1º, e 74 da Lei nº 14.133/2021;
CONSIDERANDO a instrução do Processo de Padronização nos termos do art. 43 da Lei nº 14.133/2021, que demonstrou a necessidade administrativa, os riscos mitigados e a identidade de circunstâncias com outros órgãos públicos;
RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída a padronização do armamento de porte leve a ser utilizado pelos integrantes da Polícia Penal do Estado de Minas Gerais, no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.
Art. 2º A padronização de porte leve padronizado será a pistola semiautomática de fabricação Glock, calibre 9x19mm, nos modelos G17, G19 e G26, bem como modelos subsequentes lançados pela fabricante, desde que compatíveis com os requisitos técnicos e operacionais estabelecidos pela Comissão Técnica de Modernização de Equipamentos de Segurança e Material Bélico.

Art. 3º A padronização instituída por esta Resolução deverá ser observada em todos os processos de aquisição, distribuição, acatamento e treinamento relacionados ao armamento de porte leve no âmbito do Departamento Penitenciário de Minas Gerais – DEPEN/ MG.

Art. 4º Caberá à Superintendência de Segurança Prisional, em articulação com a Comissão Técnica de Modernização de Equipamentos de Segurança e Material Bélico, manter atualizados os pareceres técnicos e propor revisões da padronização a cada 5 (cinco) anos, contados da data de publicação desta Resolução, ou antecipadamente se constatada mudança relevante no cenário técnico, operacional ou de mercado, mediante fundamentação técnica.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Belo Horizonte, 10 de dezembro de 2025.

ROGÉRIO GRECO
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

10 2158350 - 1

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Secretária: Marília Carvalho de Melo

Expediente

CONCEDE ABONO DE PERMANÊNCIA, nos termos do § 20 do artigo 36 da CE de 1989 e § 2º do artigo 144 do ADCT, com redação dada pela EC nº 104 de 2020, combinado com o artigo 36, § 1º, inciso I, da CE de 1989, com a redação dada pela EC nº 104 de 2020,ao servidor: Masp 1.156.835-9, ADAIR DÔNZETE DE FREITAS, a partir de 19/11/2025.

CONCEDE REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE TRABALHO, para vinte horas semanais, nos termos do art. 1º da Lei nº 9.401, de 18/12/1986, por seis meses a: Masp 1.366.906-4, KATIA DE FREITAS FRAGA, em prorrogação, a partir de 17/10/2025.

10 2158179 - 1

Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas torna público que o requerente abaixo identificado solicitou: - LAS/RAS - Licença Ambiental Simplificada: *Márcio Roberto da Silva, Aterro de resíduos da construção civil (classe “A”), exceto aterro para fins de terraplanagem em empreendimento ou atividade com regularização ambiental, ou com a finalidade de nivelamento de terreno previsto em projeto aprovado da ocupação, São João del Rei/MG, PA nº 54358/2025, Classe 2.

(a) Frederico Augusto Massote Bonifácio
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas.

10 2158499 - 1

A Diretora de Gestão Regional torna público que foi CONCEDIDA a Licença Ambiental abaixo identificada:

1) Licenciamento Ambiental Simplificado - Relatório Ambiental Simplificado (LAS-RAS): *Ipanema Participações e Empreendimentos Ltda. / Loteamento Ipanema - Loteamento do solo urbano, exceto distritos industriais e similares - Vespasiano/MG - Processo SEI Nº 1370.01.0054658/2022-65 - Classe 3. ***Requerimento para Intervenção Ambiental vinculado PA/Nº 1370.01.0007935/2023-98. Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo em 35,2424 ha; Intervenção com supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente - APP em 0,1942 ha; Intervenção em área de preservação permanente - APP - SEM supressão de cobertura vegetal nativa em 0,0617 ha e Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas em 2,3097 ha.

(a) Kamila Esteves Leal
Diretora de Gestão Regional.

10 2158222 - 1

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Noroeste, torna público que foi requerida a Licença Ambiental Simplificada na Modalidade Cadastro abaixo identificada, com decisão pelo deferimento, cujo prazo de validade é de 8 (oito) anos 5 (cinco) meses e 17 (dezessete) dias: 1) Posto Unirmaos Paracatu Ltda - Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação - Paracatu/MG. Processo 53325/2025.

(a) Ricardo Barreto Silva.

Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Noroeste.

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Noroeste, torna público que foi requerida a Licença Ambiental Simplificada na Modalidade Cadastro abaixo identificada, com decisão pelo deferimento, cujo prazo de validade é de 7 (sete) anos 11 (onze) meses e 4 (quatro) dias: 1) Hebert Lever Jose do Couto/Fazenda Santa Bárbara, São Vicente II, São Vicente III, São Vicente IV, São Vicente V, Bunitis e Macacos - Fabricação de produtos de laticínios, exceto envase de leite fluido - João Pinheiro/MG. Processo 54062/2025.

(a) Ricardo Barreto Silva.

Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Noroeste.

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Noroeste, torna público o CANCELAMENTO do processo abaixo identificado: 1) Licenciamento Ambiental Simplificada (LAS-CADASTRO): *Associação das Siderúrgicas para Fomento Florestal - ASIFLOR/ Fazenda Flor de Minas, Fazenda Veredinha, Fazenda União, Fazenda São Bartolomeu - Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura - João Pinheiro/MG - PA/Nº: 77617364/2019 - Classe 2. Motivo: A pedido do empreendedor.

(a) Ricardo Barreto Silva.

Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Noroeste.

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Noroeste, torna público que foi DEFERIDO o requerimento de transferência de responsabilidade administrativa da licença ambiental abaixo identificada:

1) LAS RAS: Posto Capim Branco Ltda - Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação - Unai/MG, nº da licença 4426, PA nº 4426/2021. Classe: 2. Válida até: 13/09/2031, do responsável Posto Capim Branco Ltda; CNPJ: 15.727.179/0001-50 - Para o novo titular: Posto W3. CNPJ: 64.244.767/0002-20.

(a) Ricardo Barreto Silva.

Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Noroeste.

10 2158054 - 1

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco, torna público que o requerente abaixo identificado solicitou: LAS-RAS: 1) Cortadores de Pedra de Passa Tempo Ltda, Lavra a céu aberto - Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento, Passa Tempo/MG, Processo nº 54237/2025, ANM 831.956/1996, Classe 2.

Sra Ressiliane Ribeiro Prata Alonso.
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco.

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco, torna público o Indeferimento da licença Ambiental abaixo identificada:

Licença Prévia concomitante com Licença de Instalação e Licença de Operação (LAC1): 1) Alaska Comercial de Minerais Ltda./Projeto Gavião, Unidade de Tratamento de Minerais - UTM, com tratamento a seco; pilhas de rejeito/estéril - minério de ferro; lavra a céu aberto - minério de ferro; estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários - minério de ferro, ANM/ Nº 834.676/2007, Bonfim/MG, Processo nº 2861/2022, ANM/Nº 831.716/2016, classe 3. Requerimento para Intervenção Ambiental vinculado.

Sra Ressiliane Ribeiro Prata Alonso.
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco.

10 2158554 - 1

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Norte de Minas, torna público que o requerente abaixo identificado solicitou:

- LAC 2 - Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação: 1) TJ Frigorífico Ltda. - Abate de animais de grande porte (bovinos, eqüinos, bubalinos, muarens,etc), Abate de animais de médio porte (suínos, ovinos, caprinos, etc) e Secagem e salga de couros e peles – Bocaiuva/MG, PA/nº 54107/2025 - Classe 5. Requerimento para Intervenção Ambiental vinculado - PA nº. 2090.01.0008485/2025-81.

(a) Mônica Veloso de Oliveira.
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Norte de Minas.

10 2158143 - 1

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Leste de Minas torna público que os requerentes abaixo identificados solicitaram:

- LAS RAS: 1) Keoma Batista De Freitas, Lavra subterrânea pegmatitos e gemas, Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos, Estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários, Teófilo Otoni/MG, PA/Nº 54125/2025, classe 3. 2) Grancacau Mineração Ltda., Lavra a céu aberto - Rochas ornamentais e de revestimento, Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos, Jaguaraçu/ MG, PA/Nº 54349/2025, classe 2.

(a) Carlos Augusto Fiorio Zanon,
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Leste de Minas

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Leste de Minas torna público que foi concedida a Licença Ambiental abaixo identificada:

- LAS RAS: 1) Pedra Do Vale Negócios e Empreendimentos Imobiliários Ltda., Loteamento do solo urbano, exceto distritos industriais e similares, Itaipé/MG, PA/Nº 18820/2025, classe 2. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. Válida até 10/12/2033.

(a) Carlos Augusto Fiorio Zanon,
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Leste de Minas
Pedra Do Vale Negocios E Empreendimentos Imobiliarios Ltda

10 2158460 - 1



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/Autenticidade>, sob o número 320251211441765618.